



Reunião ORDINÁRIA de 08 | 02 | 2010

Minuta da Acta nº 04/2010

	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO	P		
Vereadores LEONOR COUTINHO PEREIRA DOS SANTOS	P		
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	P		
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL	P		
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES	P		
MIGUEL PINTO LUZ	P		
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO	P		
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA	P		
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA	P		
MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO	P		
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO	P		

Observações: _____

Hora de Abertura: 9 horas e 50 minutos

1. Actas de reuniões Anteriores:

- Apresentação: { - Acta n.º 1 / 2010, de 11 Janeiro;
 - Acta n.º 2 / 2010, de 19 Janeiro;
 - Acta n.º 3 / 2010, de 25 Janeiro.
- Aprovação: - Acta n.º 28/2009, de 30 Dezembro, que foi aprovada por unanimidade

2. Balancete

Resumo Diário da Tesouraria nº 25 de 05 | 02 | 2010

Operações Orçamentais	€ 35.701,55
Operações Não Orçamentais	€ 2.455.542,15

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9:50

1- OBRA DA ESCOLA DO ENSINO BÁSICO DE ALCABIDECHE.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA referiu que as obras desta escola parecem estar paradas e pretendia saber o que é que se passa, tendo em atenção que aquela escola está a fazer muita falta naquela freguesia e naquela zona populacional.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA informou que a obra foi retomada, teve de facto problemas nomeadamente a nível de muita rocha que foi encontrada no subsolo e que não estava prevista, mas estão a ser feitos todos os esforços para que esteja pronta de forma a poder ser utilizada já no início do próximo ano lectivo.

2- VIA LONGITUDINAL NORTE - NÓ FISGAS/ALCOITÃO.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA referiu que as obras estão paradas há alguns meses, segundo já lhe foi dito devido a uma questão relacionada com o processo de expropriação e pretendia saber quando é que vai ser ultrapassado este impasse e se estão a ser ponderados os custos que esta paragem pode acarretar.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA informou que o processo de declaração de utilidade pública de uma parcela de terreno para depois se poder proceder à expropriação está em andamento. Além disso há também que fazer a compatibilização entre o traçado da obra e algum conflito que possa gerar com alguns moradores da envolvente e essas situações de facto fizeram parar a obra, mas com uma pressão grande para que estas coisas possam ocorrer no mais curto espaço de tempo possível. O que se está a fazer em relação à Via Longitudinal Norte é pensar nela de uma forma um pouco diferente, criando condições para acelerar esse processo. Ou seja, está a perder-se tempo nesta fase, mas pretende-se ganhar tempo a prazo no sentido de lançar várias frentes de obra ao mesmo tempo e inclusivamente está a ser estudado se é possível começar a obra de Cascais para S. Domingos de Rana e, ao mesmo tempo, daí para Cascais.

3- OBRA DO EMISSÁRIO DA SANEST.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA referiu que se verifica algum atraso na obra e segundo se diz o seu custo já ultrapassa os 50% do valor previsto inicialmente. Gostaria de saber se vai haver alguma penalização por estes atrasos por parte da União Europeia. Relativamente ao escoamento e tratamento das lamas e de acordo com a informação que tem, as instalações foram concebidas para o tratamento

de uma determinada tonelagem por dia, logo se por qualquer razão se verificar um aumento dessa tonelagem, poderá surgir algum problema no escoamento do material, ou então acabará por onerar mais o escoamento dessas lamas.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA informou não ter nenhuma informação que aponte que o orçamento da obra vá exceder 50% do orçamento inicial. Agora o que tem sido transmitido à SANEST, porque a obra é desta empresa, é a preocupação de Cascais com a forma como a obra se vem desenrolando. Ou seja, ela já se prolongou por tempo demais em relação àquilo que eram as previsões e lembra que Cascais sempre se opôs à opção que foi tomada quanto à obra, ou seja Cascais defendia que o tratamento dos efluentes e das lamas deveriam ser concentrados ambos no mesmo local numa antiga pedreira em Birre permitindo até a recuperação daquele espaço e foi por opção das Águas de Portugal que se decidiu fazer a estação de tratamento das lamas noutro local, mantendo a estação de tratamento dos efluentes no local onde está. Na altura Cascais alertou que a opção que ia ser tomada apontava valores de investimento que poderiam vir a ser ultrapassados em cerca de 20%, mas de qualquer dos modos a obra, no que diz respeito à parte de construção civil, estará concluída e neste momento decorre a fase de instalação de maquinaria e de testes e terminada esta fase então poder-se-á aferir se as coisas vão funcionar como estava inicialmente previsto. Portanto Cascais tem mantido essa grande preocupação junto da SANEST mas sempre com uma preocupação: é que dados os antecedentes, nomeadamente os que tinham a ver com os compromissos nacionais perante a União Europeia, Cascais foi sempre cooperante e nunca pode vir a ser responsabilizado por ter tido alguma atitude ou, por um lado, ter sido menos responsável, ou, por outro lado, menos colaborante no sentido de não vir a ser pela Câmara de Cascais que se atrase rigorosamente dia nenhum e não ser por Cascais que a obra venha a custar mais um Euro que seja do que aquilo que estava inicialmente previsto. Ultimamente surgiu uma preocupação adicional porque para além do engenheiro responsável pela obra ter saído da empresa há alguns meses atrás, no mês passado saiu também da SANEST o Presidente da Comissão Executiva -Eng^o Santos Silva-, tendo ambos optado por outros projectos pessoais, mas são situações que não deixam de ser um risco na fase em que a obra está e foi transmitida por Cascais ao accionista maioritário -Águas de Portugal- a sua preocupação pela condução da obra. Entretanto foi nomeada uma administradora em substituição do Eng^o Santos Silva, mas foi entendido que a presidência da Comissão Executiva deveria ficar em alguém mais experiente, tendo sido escolhido o Dr. Mateus Roque e foi também entendido que o acompanhamento da obra deveria ficar a cargo do Presidente do Conselho de Administração da SANEST que é o Eng^o Arnaldo Pego e nesse aspecto julga haver algum conforto

porque quer o Dr. Mateus Roque, que é um profundo conhecedor de todo o processo e pessoa competentíssima, quer o Eng^o Arnaldo Pego que para além de ser uma pessoa também competentíssima, também tem um conhecimento aprofundado da empresa e dos investimentos dela. Em relação às lamas a SANEST tem também por obrigação ser ela quem garante o escoamento dessas lamas, de qualquer dos modos o que está a ser estudado é que estas lamas possam ter uma valorização energética, seja dentro do Concelho seja fora do Concelho, já que aquela ideia de que poderiam ser aproveitadas para fertilizantes de terras não é exequível, já que essas lamas não têm um tratamento adequado e por isso ninguém pode garantir que não tenham, entre outras coisas, metais pesados o que inviabiliza a sua utilização na agricultura. Mas, repete-se, trata-se de uma responsabilidade da SANEST que a Câmara de Cascais está a acompanhar, sendo que a estratégia que está definida na área do tratamento dos resíduos é que em Cascais fique o mínimo de resíduos finais dentro do Concelho, até porque Cascais já foi mais do que penalizada ao longo dos anos com esta questão dos resíduos.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA perguntou se estes atrasos poderão ter ou não consequências em termos da União Europeia e a suceder quais serão os encargos para os municípios, já que correm rumores de que as coisas poderão não estar a correr bem com a União Europeia.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA lembrou que a surgirem problemas quem irá pagar, em última instância, será sempre o povo já que o dinheiro, em última instância, vem sempre ou dos impostos ou das taxas que os munícipes pagam. De qualquer dos modos, gostaria de dizer que por via de uma posição que a Câmara de Cascais assumiu no mandato anterior, foi coarctada à SANEST a possibilidade de transferir desde logo para os munícipes o custo da obra, tendo para o efeito Cascais invocado a 4^a Directiva da UE que diz que todas as obras que estão previstas aquando do lançamento de uma concessão, podem, mesmo não estando ainda realizadas, ter logo implicação no preço final e todas as obras que se venham a colocar à posteriori -ou seja, que não estejam previstas no início do lançamento do concurso de concessão- só podem vir a ser reflectidas no preço após estarem concluídas, o que não é o caso da SANEST. O que quer dizer que os Municípios de Oeiras, Amadora e Sintra tiveram numa primeira fase um acréscimo de 10%, que Cascais não teve porque invocou esta Directiva. O que se está a prever, e também aqui com orientação muito clara e perfeitamente conciliada dos Municípios de Cascais e de Amadora, é que este processo dê origem a uma nova negociação do contrato de concessão, porque, em primeiro lugar, ninguém está a antever que se vá substituir a SANEST por outra entidade e, em segundo lugar, porque nessa nova renegociação é

possível, por um lado, actualizar um conjunto de conceitos que à época não era possível estarem previstos, mas também melhorar muitos outros que entretanto se vieram demonstrar necessitarem de ter evolução, como ainda também prolongar o contrato de concessão, de maneira a atenuar o impacto negativo das amortizações destes investimentos, para que o custo não seja repassado para os munícipes em curto espaço de tempo, porque isso implicaria custos muito elevados. Sobre a União Europeia, o processo está exactamente como estava e o que lhe parece fundamental e é nesse sentido que a SANEST está a fazer todos os esforços -e pessoalmente entende que esse é que é o ponto crítico neste momento- para que a UE não tenha uma atitude mais penalizadora para o sistema se tudo começar a estar a funcionar antes do início da época balnear. Outra coisa será se o sistema não estiver a funcionar antes do período da época balnear e aí acredita que a UE possa ter outro tipo de atitude. Por todas estas razões, importa ter algum cuidado e alguma prudência na abordagem de todo este processo, porque qualquer pressão mais acentuada que se possa fazer sobre tudo isto, em limite, pode vir a dar argumentos para que as entidades da União Europeia venham a tomar uma posição penalizadora e ninguém tenha dúvidas que, no final, serão sempre os munícipes a "pagar a factura".

4- ESPAÇOS EXTERIORES DO BAIRRO DE ALCOITÃO E ESPAÇO PARA A COMISSÃO DE MORADORES.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA lembrou que há vários anos que a CDU vem chamando a atenção para a necessidade de recuperação dos espaços exteriores deste Bairro e tudo continua na mesma. Por outro lado, lembrava que numa reunião de Câmara foi dito que o espaço que era ocupado pela ADEC seria cedido à Comissão de Moradores e verifica agora que o pré-fabricado foi deitado abaixo e por isso perguntava qual vai ser a alternativa para a instalação da Comissão de Moradores.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que quer consigo, quer com a Sr.^a Vereadora Mariana Ribeiro Ferreira, mas muito especialmente com a EMGHA e com a EMAC, estão a ser analisados os espaços exteriores que estão associados à parte de habitação social a serem transferidos para a EMAC, já que manifestamente a EMGHA não tem essa vocação de os manter e além do mais eles também gastavam dinheiro com eles e é possível rentabilizar melhorando se forem geridos pela EMAC. Portanto está a ser feito esse levantamento para que esta última empresa municipal possa assumir isso, de acordo aliás com o que já faz noutros bairros sociais.

5- ESPAÇOS EXTERIORES DA ÁREA DA BOCA DO INFERNO.

A SR.ª VEREADORA LEONOR COUTINHO lembrou que na anterior reunião de Câmara falou-se da necessidade de proceder a obras de beneficiação no espaço de vendas da Boca do Inferno, a propósito de uma proposta do Sr. Vereador Miguel Pinto Luz sobre as taxas a pagar pelos comerciantes que ali fazem o seu comércio. Na altura teve oportunidade de colocar o problema das condições em que se encontra aquele espaço. O Sr. Vereador enviou-lhe entretanto o projecto de Plano de Pormenor para aquela zona e em função dos elementos que lhe entregou e porque com as plantas entregues é muito difícil de ver qual é que é exactamente o projecto, pedia-lhe que lhe fornecesse informação sobre o que é que está previsto a nível dos arranjos exteriores, se está previsto, ou não, manter estacionamento lá dentro, porque actualmente existem lá 30 a 40 lugares de estacionamento e gostaria também que lhe fosse fornecida documentação que permita perceber qual é o aspecto exterior que está previsto para toda aquela área, porque apenas com as plantas que lhe foram entregues é muito difícil perceber-se o impacto destas obras. Em relação à situação actual, este projecto visa uma intervenção profunda e não é um pequeno arranjo só para evitar que chova nos barracões onde as pessoas fazem a venda e por isso perguntava quais são e quando estão previstas as obras para permitir condições mínimas de permanência e do exercício da actividade naquele espaço, porque actualmente aquilo está de facto muito mau e as obras que estão previstas no plano naturalmente são mais profundas e certamente irão demorar algum tempo a ser realizadas.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ esclareceu que a informação que facultou à Sr.ª Vereadora foi aquela a que pessoalmente teve acesso porque o Plano de Pormenor não está a ser elaborado na sua área, mas sim no Departamento de Planeamento do Território e essa informação foi aquela a que teve acesso. Já pediu ao Sr. Director Municipal que diligenciasse junto do atelier que está a desenvolver o Plano de Pormenor para lhe fazer chegar mais informação, porque as Actividades Económicas pretendiam separar a intervenção em dois tempos diferentes. O Plano de Pormenor é muito mais vasto, engloba inclusivamente a requalificação do próprio restaurante e o problema dos vendedores é um problema premente e urgente e por isso queria separar no tempo as duas intervenções e portanto logo que obtenha essa informação disponibilizá-la-á à Sr.ª Vereadora. No que diz respeito ao arranjo urgente, reuniu na passada Quinta-feira com os vendedores, tem estado em contacto permanente com eles e estão neste momento a elencar-se um conjunto de medidas preventivas e paliativas com o objectivo de evitar infiltrações de água do mar e da chuva, mas são tudo obras de carácter provisório e nunca serão permanentes.

A SR.^a VEREADORA LEONOR COUTINHO perguntou qual era o prazo para a execução das obras mais urgentes.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ disse admitir que seja possível nos próximos dois meses. Antes disso não pode comprometer-se. Reconhece que é uma obra urgente e o primeiro passo a dar ainda antes de qualquer obra é deslocalizar todos os vendedores para os espaços que estejam em melhores condições, e depois fazer as obras nos espaços que estão mais degradados e essa intervenção será sobretudo a nível de chaparia.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA acrescentou que, sem prejuízo de ser fornecido de imediato à Sr.^a Vereadora o ponto da situação em relação ao Plano de Pormenor, aquilo que lhe apetecia dizer era que não acredita que jamais se ultime em Cascais, com esta maioria, qualquer espécie de Plano de Pormenor; e só não lhe diz isto porque, entretanto, foi nomeada uma nova Presidente para a CCDRLVT e sobre a qual tem as melhores indicações em termos de competência técnica -a Arqt.^a Maria Teresa Almeida- e portanto tem uma grande expectativa que o modus operandi daquele Serviço venha a alterar-se, porque, actualmente, todos os planos que entram naquele Serviço são alvo de um procedimento burocrático extremamente complexo que nunca mais acaba e que faz arrastar a aprovação dos planos de pormenor durante anos a fio. Esta sua crítica não tem a ver naturalmente com as características da anterior Presidente, que de resto praticamente não conheceu, tem sim a ver com a forma como funciona toda a máquina da CCDDR ao que não será também estranha toda a legislação que permanentemente é publicada e que cada vez mais emperra estes processos num frenesim legislativo que tem prejudicado de uma forma extremamente gravosa as autarquias, e que tem especialmente revelado o espírito concentracionário e centralista deste Governo e depois leva a que, cada vez que se pretende avançar com um processo, há sempre qualquer coisa que aparece para emperrar e impedir a sua concretização. Quanto a este Plano de Pormenor em concreto, há algumas situações que importa realçar, como seja o facto do restaurante estar implantado em cima de uma falha e, como se compreende facilmente, não pode estar ali e outra situação é que o Plano de Pormenor não permitir estacionamento a Sul, que não é uma situação dramática até porque já se aumentou substancialmente a área de estacionamento a Norte, mas vai efectivamente perturbar o acesso àquela zona, mas pode também pensar-se na adopção do estacionamento em espinha na estrada, em frente à Boca do Inferno e prolongar essa área de estacionamento para Poente. Quanto aos comerciantes, de facto é como disse o Sr. Vereador Miguel Luz: Pesa-lhe na consciência a situação em que eles estão que é deplorável, é infra-humana, não só para eles como também para os utentes, de maneira que tem de se

encontrar urgentemente uma solução transitória e sabe que o Sr. Vereador está a trabalhar nela.

6- OBRAS DE BENEFICAÇÃO DO MERCADO DE CASCAIS.

A SR.^a VEREADORA LEONOR COUTINHO referiu que os comerciantes que exercem a sua actividade no 1º andar do Mercado de Cascais se queixam muito das condições degradadas das lojas e gostava de saber se estão previstas obras de reparação e para quando. Por outro lado, os comerciantes do rés-do-chão queixam-se muito de lhes terem retirado torneiras de água e gostaria de perguntar se está a ser ponderada a hipótese de voltarem a ser colocadas as torneiras, até porque isso parece não ser algo de muito difícil concretização.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ esclareceu que são dois problemas distintos: Um no 1º piso, como se sabe o Mercado de Cascais foi alvo de um concurso de ideias há cerca de dois anos atrás, só uma parte foi implementada em termos de requalificação e esse 1º piso não foi, decorre neste momento o processo de escolha de um atelier de arquitectura para fazer a requalificação toda do espaço. No actual mandato já foram dados os seguintes passos: O pavilhão da fruta e dos legumes vai transitar para o pavilhão do peixe, dando assim resposta a um pedido dos próprios vendedores que querem estar todos juntos porque isso permite que quem visita o pavilhão dos vegetais, visita ao mesmo tempo o pavilhão do peixe, naturalmente que criando uma separação entre os dois espaços e isso neste momento já está a ser desenvolvido e fez-se também um levantamento exaustivo de várias situações e lacunas que existiam. Não é só a situação das torneiras, é também novos sanitários e balneários para os funcionários, a questão dos toldos que tem de ser rectificadas porque o escoamento das águas não é o melhor em alguns locais, é a instalação de portas estanques automáticas porque pombos e insectos entram dentro dos espaços tanto do peixe como dos legumes, enfim uma série de obras de qualificação que têm de ser feitas e que pensa fazer através de uma empreitada, mas que nada têm a ver com a requalificação do 1º piso por cima dos talhos que, esse sim, obriga a uma intervenção arquitectónica para a qual, neste momento, não existe sequer projecto e está-se neste momento a procurar escolher-se um atelier para fazer isso.

A SR.^a VEREADORA LEONOR COUTINHO perguntou qual o prazo para a intervenção no rés-do-chão.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ disse admitir que seja possível nos próximos dois meses. Antes disso não pode comprometer-se. De resto no seu entender estas obras não são urgentes e nas reuniões que tem tido com os

vendedores tem-lhes feito sentir isso. De facto o Mercado de Cascais não é uma urgência, apesar de ser um problema importante e que tem de ser resolvido.

O Período de Intervenção do Público terminou às 10:20

- PONTOS PRÉVIOS:

a)- APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DO EMPRÉSTIMO PARA EXECUÇÃO DE DIVERSAS OBRAS E PROJECTOS DE INVESTIMENTO ATÉ AO MONTANTE DE € 24.200.000,00.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada com 4 abstenções, sendo 3 dos Srs. Vereadores Leonor Coutinho, Alípio Magalhães e Alexandre Faria do PS e 1 do Sr. Vereador Pedro Lopes Mendonça da CDU.

b)- 2ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010-2013 E 2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2010.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada com 3 abstenções, dos Srs. Vereadores Leonor Coutinho, Alípio Magalhães e Alexandre Faria do PS.

c)- DESCENTRALIZAÇÃO DE VERBA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE PAREDE, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO, PARA AQUISIÇÃO URGENTE DE NOVAS INSTALAÇÕES PARA A ESCOLA Nº 2 DE RANA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 24/2010.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

d)-TRANSFERÊNCIA SUPLEMENTAR PARA A ESUC-EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS E.M..

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada com 3 abstenções, dos Srs. Vereadores Leonor Coutinho, Alípio Magalhães e Alexandre Faria do PS.

e)- INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA EMPRESA MUNICIPAL ARCASCAIS- ENTIDADE EMPRESARIAL GESTORA DO AERÓDROMO DE CASCAIS, E.E.M..

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro.

A votação da proposta foi adiada.

f)- FISCAL ÚNICO DA EMPRESA MUNICIPAL ARCASCAIS - ENTIDADE EMPRESARIAL GESTORA DO AERÓDROMO DE CASCAIS, E.E.M.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada com 3 abstenções, dos Srs. Vereadores Leonor Coutinho, Alípio Magalhães e Alexandre Faria do PS.

3. DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO E ORDENS DE SERVIÇO:

3.1. DESPACHOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3.2. NOTAS DE SERVIÇO.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4. GESTÃO FINANCEIRA:

4.1. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:

4.1.1. REGULARIZAÇÃO DE VALORES PENDENTES NÃO RECLAMADOS PELOS BENEFICIÁRIOS: ANULAÇÃO DE CADUCOS.

Aproubo por unanimidade.

4.1.2. CRIAÇÃO DE POSTOS DE COBRANÇA: DSEG – POLÍCIA MUNICIPAL E DMT – CEMITÉRIOS.

Retirado.

4.1.3. ALTERAÇÃO DE TITULAR DE FUNDO DE MANEIO.

Aproubo por unanimidade.

4.2. APROVISIONAMENTO:

4.2.1. CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO EM POSTOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO PELO PERÍODO DE UM ANO RENOVÁVEL – PROCESSO C-2709/2009 – ADJUDICAÇÃO.

Aprovado por unanimidade.

4.3. GESTÃO PATRIMONIAL:

4.3.1. CEDÊNCIA GRATUITA AO MUNICÍPIO DE CASCAIS DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 109 M2, SITUADA NOS LIMITES DE S. DOMINGOS DE RANA, FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA, POR FERNANDA DOLORES PIMENTEL DE ALMEIDA E OUTRA, DESTINADA A ARRUAMENTOS.

Aprovado por unanimidade.

4.3.2. DECLARAÇÃO PARA EFEITOS DE CONSTITUIÇÃO DE HIPOTECA SOBRE O DIREITO SUPERFÍCIE A FAVOR DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A – FUNDAÇÃO SOCIAL DO QUADRO BANCÁRIO.

Retirado.

4.3.3. CEDÊNCIA GRATUITA AO MUNICÍPIO DE CASCAIS DE UMA PARCELA DE TERRENO COM ÁREA DE 461,76 M2, SITUADA EM BICESSE, FREGUESIA DE ALCABIDECHE, POR MARIA MARGARIDA RODRIGUES DE JESUS, DESTINADA A ARRUAMENTOS.

Aprovado por unanimidade.

5. URBANISMO:

5.1. PROCESSO Nº: SPO-418/2009 (REQTº9285/2009) - NOME: MANUEL BRAVO GUEDES DE SOUSA - LOCAL: RUA D. DÁCIA MARIA DUQUE ESTANISLAU LOTE Nº. 51 – ALDEIA DE JUSO – FREGUESIA DE CASCAIS - ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 734 – LOTE 51.

Aprovado por unanimidade.

5.2. PROCESSO Nº: SPO-2027/2009 - NOME: CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS - LOCAL: BIRRE – FREGUESIA DE CASCAIS - ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 848 – ALTERAÇÃO AO USO DE UMA PARCELA COM 32,00M2.

Aprovado por unanimidade.

6. OBRAS MUNICIPAIS:

6.1. REMODELAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ÁGUAS E ESGOTOS EXISTENTES NO LARGO CIDADE DE VITÓRIA EM CASCAIS " - OBRA Nº ~~2.11.09.16~~ - ~~ABERTURA DE AJUSTE DIRECTO~~ - VALOR BASE: € 100.777,95 C/IVA.

*Apovado em 3 abateções do Sus,
vereadores do PS.*

7. JUVENTUDE:

7.1. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

7.1.1. MOBILIDADE JUVENIL – FUNDAÇÃO “O SÉCULO”- “FUNDAÇÃO O SÉCULO AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA” - COMO FORMA DE DAR CUMPRIMENTO AO PROTOCOLO - €25.000,00.

Apovado por unanimidade.

7.1.2. PROGRAMA JOVENS ACTIVOS 3ª EDIÇÃO - PAGAMENTO DE BOLSAS A PARTICIPANTES - €1.400,00.

Retirado.

7.1.3. PROJECTO TROCACTIVA – ASSOCIAÇÃO JUVENIL ROTA JOVEM -
APROVAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO TROCACTIVA
- € 16.000,00.

Aprovado por unanimidade.

8. AMBIENTE:

8.1. ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA PARA REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENVOLVENTE ÀS TORRES DE CAMPOMAR – 2ª FASE, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A ESUC – EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, E.M.

Aprovado em 4 assembleias, sendo 3 do Sr. Vereador do PS e 1 do Sr. Vereador do CDU.

8.2. CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A ESUC - EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, E.M.

Aprovado em 4 assembleias, sendo 3 do Sr. Vereador do PS e 1 do Sr. Vereador do CDU.

8.3. ADJUDICAÇÃO DA CAFETARIA DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA ALAGOA EM CARCAVELOS.

solido.

8.4. PROPOSTA DE RECTIFICAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS E PROGRAMA DE CONCURSO DA SUBCONCESSÃO DA CAFETARIA DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DA PEDRA DO SAL.

Apurado por unanimidade

9. CULTURA

9.1. DOAÇÃO DE RÉPLICAS DE ARTEFACTOS ARQUEOLÓGICOS AO MUSEU DO MAR REI D. CARLOS.

Apurado por unanimidade.

9.2. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

9.2.1. ASSOCIAÇÃO BELGAS - APOIO À CRIAÇÃO DE GRUPO CORAL INFANTIL EM CASCAIS - € 80,000.00.

Adiada.

9.2.2. FUNDAÇÃO D. LUÍS I - APOIO À PRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO TRANSIT DE JOÃO CANIJO - € 20,000.00.

Apurado por unanimidade

9.2.3. ASSOCIAÇÃO MÚSICA, EDUCAÇÃO E CULTURA - APOIO À REALIZAÇÃO DE CONCERTOS DA ORQUESTRA METROPOLITANA DE LISBOA / SETEMBRO / DEZEMBRO DE 2009 - € 43. 200,00.

Aprovado por unanimidade.

9.2.4. INSTITUTO DE CULTURA E ESTUDOS SOCIAIS – PARA A REALIZAÇÃO DOS XVII CURSOS INTERNACIONAIS DE VERÃO DE CASCAIS - € 95.000,00.

Retirado.

9.2.5. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DESTINADO RELATIVO À COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NOS ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO / 2010 DA FUNDAÇÃO PAULA REGO E CASA DAS HISTÓRIAS PAULA REGO - € 210.000,00.

Aprovado por unanimidade.

9.2.6. ASSOCIAÇÃO VER P'RA LER - FAROL DE SONHOS 2009 - € 4 500,00.

Aprovado por unanimidade.

10. EDUCAÇÃO:

10.1. CONCURSO PÚBLICO – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA ESCOLA DO 1.º CEB – BIRRE 3 / OBRA Nº. 2.12.4.26 - 2º ADICIONAL – ERROS E OMISSÕES.

Aprovado por unanimidade.

10.2. NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE CASCAIS NO CONSELHO GERAL DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS DA CIDADELA E DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE S. JOÃO DO ESTORIL.

Aprovado por unanimidade, não estando presente na sala, no momento da discussão e votação, o Sr. Vereador João Saude e Castro.

10.3. ANULAÇÃO DE VALOR, REMANESCENTE DE SUBSÍDIO.

Aprovado por unanimidade, não estando presente na sala, no momento da discussão e votação, o Sr. Vereador João Saude e Castro.

10.4. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

10.4.1. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CARCAVELOS PARA APOIO AO CURSO PROFISSIONAL DE TURISMO - € 700,00.

Aprovado por unanimidade.

10.4.2. ESCOLA SECUNDÁRIA DE S. JOÃO DO ESTORIL – CURSO
PROFISSIONAL DE TERMALISMO - € 4.300,00.

Aprovado por unanimidade.

10.4.3. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – COMPONENTE DE APOIO À
FAMÍLIA/ANIMAÇÃO SOCIOEDUCATIVA – 2009/10 - € 100.024,93.

Aprovado por unanimidade.

11. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL:

11.1. COORDENAÇÃO E PLANEAMENTO:

11.1.1. TRANSMISSÃO DA TITULARIDADE DO CONTRATO DE
ARRENDAMENTO, PARA RAUDEL JANDI, DO FOGO SITO NO BAIRRO DE
CABEÇO DE MOURO, LARGO ALICE CRUZ, LOTE 7, 2º DRT.

Aprovado por unanimidade.

11.2. INTERVENÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL I E II:

11.2.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ABMAV - ASSOCIAÇÃO DE
BENEFICÊNCIA MANANCIAL ÁGUAS VIVAS - NO ÂMBITO DA INCLUSÃO DE
FAMÍLIAS - € 5.000,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3. SAÚDE:

11.3.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO GADS – GRUPO DE APOIO E DESAFIO À SIDA, NO ÂMBITO DA PARCERIA PARA EXECUÇÃO DA INICIATIVA CICLO DE CINEMA E DEBATE “VER, OUVIR E DEBATER VIH/SIDA” - €3.150,00.

Aprovado por unanimidade.

12. ASSUNTOS JURÍDICOS:

12.1. PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO CONTRA JORGE MANUEL RODRIGUES VASQUES.

Efectuada escrutínio secreto, a proposta foi aprovada por maioria, com 6 votos a favor, 1 voto contra e 4 abstenções.

13. DIVERSOS:

13.1. REGULAMENTO MUNICIPAL DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA LOJA DO CIDADÃO.

Aprovado por unanimidade.

13.2. PLANO ESTRATÉGICO PARA O TURISMO NO CONCELHO DE CASCAIS
(COSTA DO ESTORIL) 2010-2013.

*Aprovado em 1 sessão do Sr. Vereador
Pedro Fernandes da CDU.*

13.3. REPARAÇÃO E PINTURAS NOS MUROS E CAPELA DO CEMITÉRIO DA
GUIA, NA FREGUESIA E CONCELHO DE CASCAIS.

Aprovado em unanimidade.

13.4. PHJCASCAIS – PROGRAMA DE HABITAÇÃO JOVEM DE CASCAIS –
CEDÊNCIA DE TERRENO E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO –
RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 20/2010.

Aprovado em unanimidade.

13.5. PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS, A ADMINISTRAÇÃO
DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P., E A SOCIEDADE COMERCIAL
TDHOSP – GESTÃO DE EDIFÍCIO HOSPITALAR, S.A., PARA CONSTRUÇÃO E
MANUTENÇÃO DE UMA PARAGEM DE AUTOCARROS;

Aprovado em unanimidade.

13.6. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM GONÇALO PITA DE MEIRELES PISTACCHINI MOITA.

Adicido.

14. INFORMAÇÕES:

14.1. COMUNICADOS DE IMPRENSA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento

14.2. PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE JOVENS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14.3. PROGRAMA JOVENS ACTIVOS.

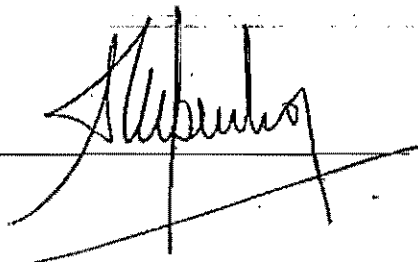
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

As 12 horas e 45 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu,  a subscrevi.

O Presidente

ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO



Os Vereadores


LEONOR COUTINHO PEREIRA DOS SANTOS



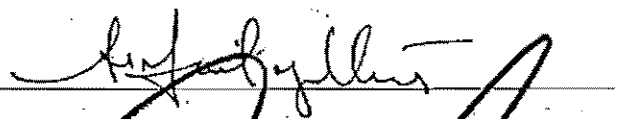
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS



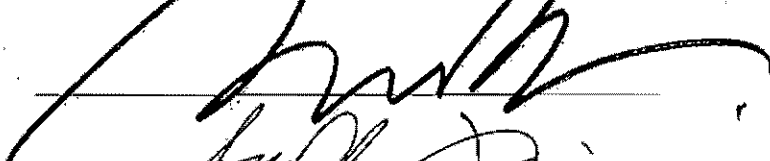
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL



ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES



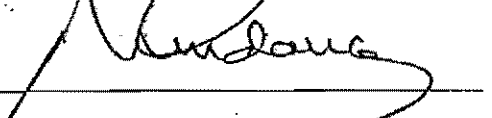
MIGUEL PINTO LUZ




ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO



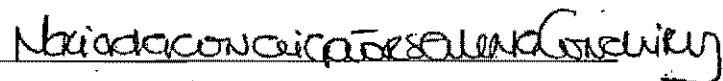
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA



ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA



MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO



JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO

